



I-371 - CAPACITAÇÃO DOS DIVERSOS SEGMENTOS ENVOLVIDOS NO MODELO DE GERENCIAMENTO AUTO-SUSTENTÁVEL DESENVOLVIDO PARA O SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO DE SERRA DE SANTANA NO RIO GRANDE DO NORTE

Maria Wagna de Araújo⁽¹⁾

Economista, Especialista em Educação Profissional. Consultora da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN.

Wagner Luiz Alves da Silva

Geógrafo, Especialista em Gestão Ambiental Urbana – UFRN. Consultor do Programa de Educação Sanitária e Ambiental – PROGESA. Consultor da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes da Prefeitura Municipal do Natal/RN.

Oswaldo da Costa

Técnico em Saneamento da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes da Prefeitura Municipal do Natal/RN. Graduando em Engenharia Civil – UnP.

Endereço⁽¹⁾: Avenida Maria Lacerda Montenegro, s/n. Condomínio Guairá I. Bloco 13A. Apto. 401. Nova Parnamirim. Parnamirim/RN e-mail: wagnad@gmail.com

RESUMO

As dificuldades para universalização dos serviços de saneamento persistem até mesmo nos meios urbanos e evidenciam-se ainda mais quando se referem a políticas para as comunidades rurais. Por conseguinte, até o presente, poucas foram as iniciativas para implementação de um modelo institucional adequado para atendimento a esse segmento da população brasileira. No caso do Nordeste, as dificuldades acentuam-se pela escassez de recursos hídricos e financeiros. No semi-árido nordestino, até recentemente, a escassez de água para beber era apontada como um dos principais fatores determinantes da migração da população do campo para os centros urbanos. Como de resto do país, a população rural do Estado do Rio Grande do Norte vinha decrescendo velozmente, como apontavam os Censos Demográficos das últimas cinco décadas. Tanto era assim, que, na década de 60, a população rural era da ordem de 60% da população total do Estado, enquanto hoje, resume-se a 26% de um total de 2,8 milhões de pessoas, o que corresponde a 750 mil habitantes. O presente trabalho tem como objetivo principal divulgar e nortear as ações para institucionalização de um modelo adequado de gestão e operação de sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais. Nesse sentido, resume-se a uma síntese das idéias, premissas básicas e discussões que vêm permitindo o desenvolvimento de uma experiência piloto, coordenada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte - SEMARH, com vistas à implantação do novo modelo nas comunidades rurais atendidas pelo sistema adutor denominado Serra de Santana. O modelo proposto vem sendo construído e aperfeiçoado com a efetiva participação dos representantes das comunidades beneficiadas. As idéias e premissas básicas tiveram ampla divulgação em reuniões com os atores envolvidos no processo (técnicos da SEMARH/CAERN, representantes das comunidades, prefeitos e lideranças municipais), podendo-se dizer que são fruto de discussões participativas, razões pelas quais a proposta vem recebendo grande aceitação dos beneficiários. O modelo é fruto ainda de experiências adquiridas na operação dos sistemas existentes que apresentam características semelhantes aos das comunidades de Serra de Santana/RN.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento auto-sustentável; Serra de Santana; Comunidades Rurais

INTRODUÇÃO

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Brasileiro (PNSB, 2000), existiam no Brasil, no ano 2000, mais de 31 milhões de brasileiros sem adequado acesso aos serviços de água potável, dos quais, cerca de 13,8 milhões vivendo no meio rural.

Não bastassem as diversidades inerentes às dimensões continentais do país, outros fatores, como os de ordem econômico-social, a escassez de recursos hídricos e o próprio modelo de desenvolvimento urbano adotado, contribuem, de certa forma, para os baixos índices de atendimento e cobertura dos serviços de infra-estrutura



de saneamento básico, notadamente no meio rural.

As dificuldades para universalização dos serviços de saneamento persistem até mesmo nos meios urbanos e evidenciam-se ainda mais quando se referem a políticas para as comunidades rurais. Por conseguinte, até o presente, poucas foram as iniciativas para implementação de um modelo institucional adequado para atendimento a esse segmento da população brasileira. No caso do Nordeste, as dificuldades acentuam-se pela escassez de recursos hídricos e financeiros. No semi-árido nordestino, até recentemente, a escassez de água para beber era apontada como um dos principais fatores determinantes da migração da população do campo para os centros urbanos.

Como de resto do país, a população rural do Estado do Rio Grande do Norte vinha decrescendo velozmente, como apontavam os Censos Demográficos das últimas cinco décadas. Tanto era assim, que, na década de 60, a população rural era da ordem de 60% da população total do Estado, enquanto hoje, resume-se a 26% de um total de 2,8 milhões de pessoas, o que corresponde a 750 mil habitantes.

Graças à notável política de recursos hídricos implementada no Estado, (construção de médias e grandes barragens, perfuração de poços tubulares, construção de cisternas, instalação de dessalinizadores, e, sobretudo, ao desenvolvimento de um grande programa de distribuição de água através de adutoras), o perfil do abastecimento de água no meio rural vem sofrendo uma transformação sem precedentes na história do Rio Grande do Norte. Credita-se a essa política, a estabilização e fixação da população residente no campo, a qual se mantém na casa dos 750 mil habitantes nos últimos cinco anos.

Nos últimos dois anos, o Governo do Estado não somente vem ampliando o programa de distribuição de água através de adutoras, mas, sobretudo, priorizando as ações com vistas ao melhor gerenciamento dos recursos hídricos. A gestão eficiente e a institucionalização de procedimentos estão na pauta de todas as ações desencadeadas pela SEMARH, posto de são condições primordiais para assegurar a sustentabilidade econômica, ambiental e a garantia da continuidade dos benefícios para a população.

Prover o acesso, confiável e sustentável de água para consumo doméstico no meio rural tem sido uma das preocupações centrais do Governo do Estado. Assim sendo, o estabelecimento de sistemas de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de abastecimento de água, incluindo mecanismos seguros e eficientes de recuperação de custos são indispensáveis para a sustentabilidade do novo modelo de gerenciamento que se tenciona implementar e que constitui o objeto de discussão do presente estudo.

MATERIAIS E MÉTODOS

O modelo proposto (Figura 1) vem sendo construído e aperfeiçoado com a efetiva participação dos representantes das comunidades beneficiadas. As idéias e premissas básicas tiveram ampla divulgação em reuniões com os atores envolvidos no processo (técnicos da SEMARH/CAERN, representantes das comunidades, prefeitos e lideranças municipais), podendo-se dizer que são fruto de discussões participativas, razões pelas quais a proposta vem recebendo grande aceitação dos beneficiários. O modelo é fruto ainda de experiências adquiridas na operação dos sistemas existentes que apresentam características semelhantes aos das comunidades de Serra de Santana.

Quanto ao arranjo da prestação de serviços de fornecimento de água para as comunidades rurais, esta poderá ter três níveis distintos de participação

O primeiro é da concessionária de águas - CAERN, que ficaria responsável pela captação, tratamento e operação e manutenção das linhas adutoras ao longo do eixo principal e das derivações até o ponto de entrega de água nas comunidades, configurando-se tais pontos, como a entrada dos reservatórios de distribuição local das comunidades atendidas por ramais individuais ou na entrada dos chafarizes, todos devidamente hidrometrados.

A CAERN também ficaria com a responsabilidade de prestar os serviços de operação, manutenção, distribuição e comercialização de água nas sedes municipais de Cerro-Corá, Lagoa Nova, Ten. Laurentino Cruz e São Vicente, municípios com os quais a CAERN tem contrato de concessão. No caso da sede de Bodó,



definição de responsabilidade pela prestação dos serviços locais ainda depende de entendimentos com a prefeitura municipal.

Quanto a Escritório Regional será a unidade orgânica responsável pela coordenação e supervisão das atividades de administração, operação, distribuição e comercialização (cadastro, micromedição, faturamento, arrecadação e cobrança), dos sistemas de distribuição de água por redes e chafarizes das comunidades rurais atendidas pelo sistema adutor Serra de Santana. Terá também função normativa e fiscalizadora.

As descrições das principais atividades do Escritório encontram-se mais detalhadas em anexo a este documento. A descrição apresentada pode ser adaptada para as atividades das Comissões de Água das Comunidades Rurais naquilo que couber.

A Participação das Comissões Locais de Água teria a responsabilidade direta pela operação, manutenção, distribuição, controle de fornecimento, faturamento e cobrança da água de todos os usuários cadastrados no sistema no âmbito da localidade. As atividades das comissões serão supervisionadas pelo Escritório em estreita consonância com a orientação recebida do Consórcio de Municípios.

As comissões de água seriam compostas de um Presidente, um Tesoureiro, um Fiscal e se necessário, um Operador Local. Todos os membros da comissão poderão ser escolhidos entre os usuários locais. Como a maioria das comunidades já possui uma associação comunitária, a idéia é que as comissões locais sejam instaladas e funcionem utilizando as eventuais estruturas e recursos disponíveis. Parte-se do princípio de que as contas de água serão emitidas pela própria comissão/operador e por elas arrecadadas e contabilizadas, já que o sistema preconiza um modelo mais simples possível. Onde não for possível realizar essas atividades, competirá ao Escritório Regional suprir essa função.

Em princípio, todo o trabalho das comissões será de natureza voluntária, exceto quanto ao Operador Local que poderá ter uma remuneração mínima, estipulada em consonância com o excedente da receita auferida pelo fornecimento de água. Haverá casos em que as atividades relativas à operação e manutenção deverão ficar a cargo da própria comissão, haja vista o valor arrecadado não ser suficiente para remunerar o operador.

A estrutura organizacional proposta para a Agência ou Escritório Regional teria, em princípio, a configuração mostrada na Figura 2, a seguir apresentado, cabendo ressaltar que as caixas mostradas são meramente informais.

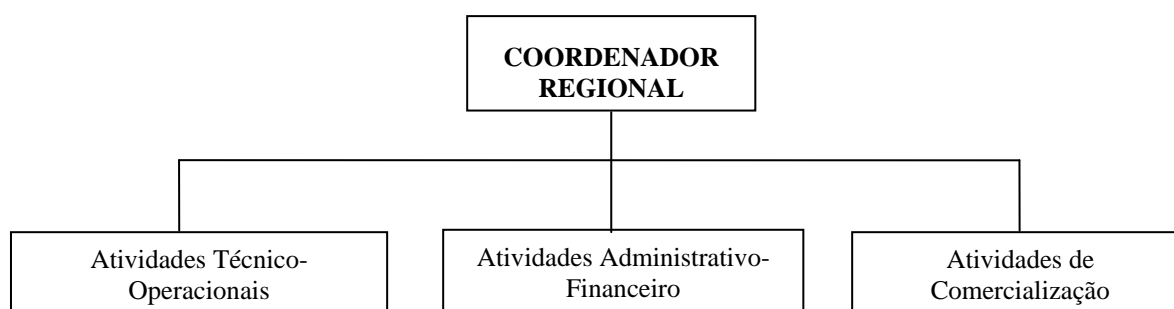


Figura 1: Modelo de gestão proposto

EXECUÇÃO DO PROGESA

Quanto ao planejamento das atividades, este era realizado quinzenalmente. Nesse planejamento, os monitores agendam suas atividades junto à comunidade, como também fornecem e recebem sugestões para desenvolvimento dos temas, construindo juntos a melhor forma de se trabalhar. Em seguida os monitores e supervisores tinham um momento para discutir as dificuldades encontradas e as soluções para as mesmas.



Dentro da metodologia do PROGESA, este atuou no campo da educação sanitária e ambiental formal e não-formal desenvolvendo atividades juntamente com a comunidade, sustentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e no campo da educação sanitária informal aliada com as lideranças comunitárias e cidadãos em geral (associação de moradores, conselhos comunitários, clube de jovens e idosos, igrejas etc), visando a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação à preservação do meio ambiente, tendo como referência o pensamento do educador Paulo Freire, a partir dos valores e princípios ambientais, éticos e solidários, respeitando a diversidade da realidade sociocultural de cada escola, visando a difusão e instalação de uma intervenção pedagógica educativa ambiental para os beneficiários do PROGESA.

O primeiro passo para a execução do PROGESA foi marcada pela realização de um diagnóstico socioambiental nos bairros atendidos pelo Programa, além da identificação das instituições que seriam alvo de parceria. Após o término de confecção do diagnóstico (importantíssimo, pois gerou uma estratégia de ações diretamente nas questões identificadas, além da escuta dos anseios da população), também foram firmadas parcerias com escolas municipais para servirem de base nas ações do PROGESA nas áreas envolvidas e que detinham um alto grau de penetração nas comunidades.

Para atingir nossos objetivos realizamos oficinas de sensibilização, campanhas educativas e produção de material didático-informativo, através de instrumentos metodológicos, como: Palestras; Oficinas; Aulas-passeio; Visitas técnicas; Vídeos; Atividades lúdicas; Produção de textos; Poesias.

Dentro do programa, realizamos um planejamento estratégico que resultou na elaboração e posterior execução de sub-projetos que auxiliaram na multiplicação do saber sanitário em ambiental. O primeiro projeto foi o de Capacitação Permanente, que tinha como objetivo a realização de um ciclo de palestras sobre a temática do Saneamento Ambiental na Cidade do Natal, além da apresentação do Diagnóstico sócio-ambiental para a população que cooperou na sua confecção.

O segundo projeto foi o PROGESA nas Escolas, onde foi realizado um dia de atividades ligadas a Educação Ambiental, o lazer e várias oficinas em uma escola previamente escolhida na praia de Pitangui, sendo realizada uma atividade com os professores e representantes de classes sobre a Agenda 21 Escolar.

Um acampamento ambiental também foi desenvolvido junto com o Grupo de Escoteiros do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, no município de Ceará - Mirim/RN com o intuito de trocar experiências entre os participantes durante alguns dias em total contato com a natureza intocada. As atividades eram iniciadas no início da manhã e só terminavam à noite.

As oficinas formaram outra estratégia importantíssima na sensibilização ambiental para a comunidade como um todo. Oficinas de puff de garrafas pet, da mosquiteira (armadilha para o mosquito da dengue), artigos de decoração e vassouras de pet etc., foram desenvolvidas.

O órgão financiador do PROGESA (ARSBAN) também colaborou com a cessão da Unidade Móvel de Regulação – UNIMOR, que levava as comunidades uma gama de informações sobre a esfera do saneamento ambiental, além da coleta de denúncias sobre agredções ao meio ambiente. Outro programa da ARSBAN, o Programa de Associação dos Usuários dos Serviços de Saneamento Ambiental – Pro-ASSUSSA também foi uma parceria fundamental na execução do PROGESA.

No que concerne as visitas técnicas, foram realizadas com o auxílio de um “guia” detentor de conhecimento técnico específico para os seguintes locais: Estação de Tratamento de Águas – ETA do Jiqui; Estação de Tratamento de Esgotos – ETE de Ponta Negra; Aterro Sanitário da Região Metropolitana de Natal; Parque Estadual das Dunas; Estuário Potengi/Jundiá; Rio Jaguararibe; Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte; Rio Pitimbu; Estação de transbordo de resíduos sólidos; Locais de obras de esgotamento; Áreas de assentamentos precários; Barco-escola Chama-Maré.



CONCLUSÕES

O Programa de Educação Sanitária e Ambiental – PROGESA, idealizado e financiado pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico do Natal - ARSBAN, executado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte - FUNCERN viveu nessa nova fase execução uma abertura aos trabalhos que passaram a ser executado mais diretamente nas comunidades, compreendendo a Educação Ambiental formal e não-formal.

Tendo como objetivo desenvolver ações que visem a formação de agentes multiplicadores em Educação Sanitária e Ambiental, através de um processo de sensibilização, comprometimento e consciência ambiental, esperamos ter contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como despertado para novas possibilidades através das diversas oficinas que foram oferecidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. MALZYNER, C.; SILVEIRA, C.; ARAI, V. J. Planejamento e avaliação de projetos em Educação Ambiental. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. [editores]. Educação Ambiental e Sustentabilidade. Barueri, SP: Manoele, 2005. (Coleção Ambiental; 3). p. 549-576.
2. PELICIONI, A. C. et al. Educação Ambiental na formação de Agentes Comunitários. In: PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. [editores]. Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. 2. Ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora, 2002. 350 p. p. 253-265.
3. NATAL. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. Anuário Natal. Disponível em <www.natal.rn.gov.br/semurb> Acesso em 03/04/2008.